

**Evolução das matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019**

***Evolution of state, municipal and private enrolments in basic education in the state of Rio de Janeiro from 2005 to 2019***

***Evolución de inscripciones provinciales, municipales y privadas en educación básica en el estado de Río de Janeiro de 2005 a 2019***

Nicholas Davies<sup>1</sup>  
Alzira Batalha Alcântara<sup>2</sup>

**Citação:** DAVIES, N.; ALCÂNTARA, A. B. Evolução das matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, e82138. Novembro de 2021.



<http://10.5380/jpe.v15i0.82138>

**Resumo:** O artigo informa e analisa a evolução do número de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica em suas várias etapas e modalidades de 2005 a 2019 no estado do Rio de Janeiro. Sugere cautela com os dados, pois observa oscilações muito grandes de um ano para outro e constata inconstitucionalidades do governo estadual ao se desobrigar da educação infantil e do ensino fundamental pelo menos desde 2005, resultando numa queda estadual significativa nos anos iniciais (-99%) e finais (-57,3%) do ensino fundamental, ensino médio (-28,7%) e em EJA no período. A consequência foi uma maior presença privada, que cresceu nos anos iniciais (+39%) e finais (+14,7%) do ensino fundamental, creches (+96,9%), embora tenha diminuído em pré-escolas (-16,6%), EJA e ensino médio (-9,6%). No conjunto da educação básica a participação estadual caiu 51,4%, a municipal, 8,9%, porém a privada aumentou 19%. Palavras-chave: Matrículas da educação básica; Estado do Rio de Janeiro; Legislação educacional.

**Abstract:** The article informs and analyses the evolution of the number of state, municipal and private enrolments in basic education in its various stages and modalities from 2005 to 2019 in the state of Rio de Janeiro. It suggests caution with the data because it observes very large fluctuations from one year to another and finds unconstitutionality of the state government by reducing early childhood and

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela USP. Professor titular aposentado do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Educação pela UFF. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3826-0900>. E-mail: [nidavies1@hotmail.com](mailto:nidavies1@hotmail.com)  
<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente associada da UERJ em Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9597-282X> E-mail: [alzirabatalha@hotmail.com](mailto:alzirabatalha@hotmail.com)

elementary education at least since 2005, resulting in a significant state drop in the early (-99%) and final years (-57.3%) of elementary education, high school (-28.7%), adult education in the period. The consequence was a greater private presence, which grew in the early (+39%) and final years (+14.7%) of elementary education, day care centers (+96.9%), although it decreased in preschools (-16.6%), adult education and high school (-9.6%). In basic education as a whole, state share fell by 51.4%, municipal by 8.9%, but private participation increased by 19%.

Keywords: Basic education enrolments. State of Rio de Janeiro. Educational legislation.

**Resumen:** El artículo informa y analiza la evolución del número de inscripciones provinciales, municipales y privadas en la educación básica y sus diversas etapas y modalidades de 2005 a 2019 en el estado de Río de Janeiro. Sugiere precaución con los datos porque observa fluctuaciones muy grandes de un año a otro y encuentra inconstitucionalidades del gobierno del estado al reducir la educación de la primera infancia y la escuela primaria al menos desde 2005, lo que resulta en una caída significativa del estado en los primeros años (-99%) y finales (-57,3%) de la escuela primaria, bachillerato (-28,7%), educación de adultos en el período. La consecuencia fue una mayor presencia privada, que creció en los primeros años (+39%) y finales (+14,7%) de la escuela primaria, guarderías (+96,9%), aunque disminuyó en preescolares (-16,6%), educación de adultos y bachillerato (-9,6%). En el conjunto de la educación básica, la participación provincial disminuyó un 51,4%, la municipal, el 8,9%, pero la privada aumentó un 19%.

Palabras-clave: Inscripciones de educación básica. Estado de Río de Janeiro. Legislación educacional.

## Introdução

O objetivo deste artigo é informar e analisar a evolução do número de matrículas estaduais, municipais e privadas nas várias etapas e modalidades da educação básica de 2005 a 2019 no estado do Rio de Janeiro. São várias as justificativas para isso. Uma é que que não conseguimos localizar estudos sobre isso. Outra justificativa é que os censos permitem traçar diagnósticos da realidade, planejar, monitorar e avaliar ações e programas da política educacional.

O ano de 2005 foi escolhido como marco inicial porque a lei estadual n.º 4.528, de 28/3/2005 (RIO DE JANEIRO, ESTADO, 2005), ao fixar as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, assim como legislação posterior, previu a redução ou supressão da participação estadual nas duas primeiras etapas da educação básica.

Algumas observações importantes sobre os dados. Consultamos os censos originais de 2007 a 2017, não as novas versões dos censos de 2007 a 2017 republicados em outubro de 2019 pelo governo empossado em janeiro de 2019, com significativa redução do número de tabelas publicadas em censos disponíveis antes desta republicação e, portanto, perda de detalhamento. Aparentemente, o governo atribui a si a autoria do censo, pois insere na capa destas novas versões o seu lema “Pátria Amada”. Estas novas versões, sem justificativa para nova edição, só mencionam EJA e suprimem a distinção

entre EJA presencial e semipresencial, que constava dos censos originais de 2007 a 2014, além de conter dados que conflitam com a versão anterior, mostrados a seguir.

Tabela 1 - Divergências entre dados da Sinopse de 2007 em que nos baseamos e os da versão de 2007 republicada em outubro de 2019

	Versão da Sinopse de 2007 que consultamos em nov. de 2018. Estes dados são confirmados pelo resumo técnico do censo de 2010 disponível no site do Inep em 25 de maio de 2020	Versão de 2007 republicada em out. de 2019
Matrículas nacionais da educação infantil em 2007	6.509.868	6.574.369
Matrículas nacionais do ensino fundamental em 2007	32.122.273	32.346.623
Matrículas nacionais do ensino médio em 2007	8.369.369	8.372.175
Matrículas nacionais de EJA em 2007	4.985.338	5.034.606
Matrículas nacionais de educação profissional (cursos concomitantes e subsequentes) em 2007	693.610	701.155

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo informa e comenta a evolução das matrículas na educação básica, em creches, pré-escolas, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental (EF), ensino médio (EM), educação especial (EE), educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional (EP).

## 2- Evolução do número de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no Rio de Janeiro de 2005 a 2019

Na educação básica, a tabela 2 mostra que os números estaduais e municipais caíram, respectivamente, 782.316 (-51,4%) e 164.331 (-8,9%) de 2005 para 2019. A enorme queda estadual, sobretudo no EF, EM e EJA, pode ser atribuída à tentativa bem sucedida do Executivo e Legislativo (o Legislativo também foi responsável) estadual de

eliminar ou reduzir a participação educacional do Estado nas etapas iniciais da educação básica, inicialmente por meio da citada Lei n.º 4.528 (RIO DE JANEIRO, ESTADO, 2005), explicada mais adiante, infringindo a Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996) e também a Constituição Estadual (RIO DE JANEIRO, 1989). Embora os artigos da referida lei que previam a supressão ou retração de vagas na EI e EF tenham sido alvo de uma ação de inconstitucionalidade pelo deputado estadual Alessandro Molon e julgados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do RJ em 2008, várias legislações posteriores ignoraram tal decisão, conforme estudo de 2017 do Ministério Público Estadual. O que é mais surpreendente é a redução municipal (-164.331) e o crescimento privado (+177.751), este último concentrado em creches, EF, EM e EP. A queda municipal surpreende porque dezenas de prefeituras tiveram ganhos expressivos com o Fundef e o Fundeb.

A tabela 2 também informa muitas oscilações numéricas e percentuais de um ano para outro. Em vários anos (2007, 2009 a 2015 e 2017) a queda estadual foi muito expressiva. Em 2007, a queda provavelmente se deve à retificação pelo Inep do número de matrículas contadas mais de uma vez em 2006 e/ou anos anteriores, conforme informa a Introdução da **Sinopse Estatística da Educação Básica de 2007** (BRASIL, MEC, INEP, 2008, p. 6-7). A queda estadual variou do mínimo de -0,1% ao máximo de -11,2%. Também o número de matrículas privadas oscilou muito, sobretudo em 2006 (-8,3%), 2007 (-21%), 2008 (+27,2%), 2011 (+9%) e 2013 (+6,4%). A queda expressiva em 2007 provavelmente se deve à subnotificação delas no Censo de 2007 (-180.017), o que é demonstrado pelo fato de que o número caiu de 856.835, em 2006, para 676.817, em 2007. Segundo a **Sinopse Estatística da Educação Básica de 2008** (BRASIL, MEC, INEP, 2009, p. 5), cerca de 600 mil matrículas privadas não teriam sido computadas no Brasil em consequência do não-fornecimento de dados por 3 mil escolas privadas. O aumento privado oscilou do mínimo de +1,9% ao máximo de +9%. Não consideramos o aumento privado de +27,2% em 2008, porque é muito provável que ele seja uma compensação pela subnotificação de matrículas privadas em 2007 (-21%). Esta queda privada pode ser observada em vários níveis e modalidades da educação básica em 2007. A evolução municipal é a única que não registra grandes oscilações de um ano para outro, com queda em todos os anos, menos em 2012, 2016 e 2017. A queda municipal oscilou do mínimo de -0,1% ao máximo de -2,6%.

Tabela 2 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	1.521.899			1.846.319			933.981		
2006	1.490.137	-31.762	-2,1	1.844.826	-1.493	-0,1	856.835	-77.146	-8,3
2007	1.348.636	-	-	1.826.840	-17.986	-1,0	676.818	-	-
2008	1.347.191	-1.445	-0,1	1.824.167	-2.673	-0,1	860.854	184.036	27,2
2009	1.288.756	-58.435	-4,3	1.798.852	-25.315	-1,4	877.568	16.714	1,9
2010	1.217.740	-71.016	-5,5	1.752.029	-46.823	-2,6	921.160	43.592	5,0
2011	1.081.119	-	-	1.725.106	-26.923	-1,5	1.004.208	83.048	9,0
2012	973.666	-	-	1.740.840	15.734	0,9	1.049.908	45.700	4,6
2013	884.031	-89.635	-9,2	1.729.092	-11.748	-0,7	1.117.410	67.502	6,4
2014	812.532	-71.499	-8,1	1.705.893	-23.199	-1,3	1.158.837	41.427	3,7
2015	772.773	-39.759	-4,9	1.677.721	-28.172	-1,7	1.119.028	-39.809	-3,4
2016	773.443	670	0,1	1.683.410	5.689	0,3	1.097.055	-21.973	-2,0
2017	717.877	-55.566	-7,2	1.692.326	8.916	0,5	1.113.946	16.891	1,5
2018	724.310	6.433	0,9	1.688.864	-3.462	-0,2	1.104.745	-9.201	-0,8
2019	739.583	15.273	2,1	1.681.988	-6.876	-0,4	1.111.732	6.987	0,6
Ev. 2005 a 2019		-	-		-	-		-	-
		782.316	-51,4		164.331	-8,9		177.751	19,0

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

Nas creches, a tabela 3 mostra que o número de municipais cresceu bem mais (+191%) do que as privadas (+96,9%). Os percentuais municipais de aumento anual oscilaram desde o mínimo de +3,3% até o máximo de +20,9%. Os percentuais privados caíram em 3 anos e subiram nos demais, variando desde o mínimo de +0,4%, em 2019, até o máximo de +15,7%, em 2012. Não consideramos o percentual de 21,5% em 2008 porque provavelmente representa o número de matrículas privadas subnotificadas em 2007. A grande oscilação dos percentuais pode indicar pouca fidedignidade dos dados. Não comentamos a evolução estadual porque o seu número, irrisório em 2005, foi praticamente zerado em 2019, o que se explica pelo fato de a citada lei estadual n.

4.528/05 determinar que o Estado deveria cessar o oferecimento de educação infantil no prazo de três anos, uma interpretação equivocada da legislação federal, que não previa nem prevê isso, mas apenas que o Estado deve atuar prioritariamente no EF e no EM. O fato de a CF e a LDB estipularem que prefeituras devem atuar na educação infantil não significa que governos estaduais não possam oferecê-la também. Além disso, a Constituição Estadual de 1989 determina (art. 308, VI) que o Estado e os Municípios têm o dever de oferecer “atendimento gratuito em creches e pré-escolas”.

Tabela 3 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas em creches no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	538	52.294			53.298		
2006	331	55.933	3.639	7,0	52.662	-636	-1,2
2007	503	67.619	11.686	20,9	50.764	-1.898	-3,6
2008	477	72.891	5.272	7,8	61.692	10.928	21,5
2009	289	79.073	6.182	8,5	59.390	-2.302	-3,7
2010	288	85.464	6.391	8,1	64.811	5.421	9,1
2011	274	92.517	7.053	8,3	71.068	6.257	9,7
2012	81	107.012	14.495	15,7	82.202	11.134	15,7
2013	84	116.433	9.421	8,8	91.836	9.634	11,7
2014	58	120.353	3.920	3,4	97.169	5.333	5,8
2015	94	124.120	3.767	3,1	98.900	1.731	1,8
2016	77	130.739	6.619	5,3	102.747	3.847	3,9
2017	69	140.153	9.414	7,2	103.362	615	0,6
2018	49	144.715	4.562	3,3	104.535	1.173	1,1
2019	85	152.187	7.472	5,2	104.940	405	0,4
Ev. 2005 a 2019			99.893	191,0		51.642	96,9

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

Nas pré-escolas a tabela 4 registra uma redução quase total das estaduais e uma evolução errática das municipais (+8,9%) e privadas (-16,6%). As estaduais diminuíram em quase todos os anos. Já as municipais diminuíram em 2006, 2007, 2009, 2010, 2012 e 2013, queda provavelmente devida ao fato de o número de anos da pré-escola ter sido reduzido de 3 para 2 em função da lei federal n.º 11.114 (BRASIL, 2005), que previu a

incorporação de um ano da pré-escola ao ensino fundamental. Entretanto, as municipais aumentaram significativamente (+7,3%) em 2014, na comparação com 2013, e cresceram em todos os anos posteriores, alcançando em 2017 um número superior ao de 2005. Como explicar a queda municipal de 2005 a 2013 e seu aumento expressivo de 2014 em diante, se o número de anos da pré-escola diminuiu de 3 para 2? O número de privadas também apresenta evolução curiosa, com redução em 2006 e 2007, acréscimo de 2008 a 2011, 2013 e 2014, declínio em 2012 e de 2015 a 2018, e pequeno crescimento em 2019. A grande queda privada registrada em 2007 (-35,8%) muito provavelmente se deve à subnotificação dessas matrículas apontada pelo Censo de 2008.

Tabela 4 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas em pré-escolas no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	16.265			219.248			168.888		
2006	13.165	-3.100	-19,1	214.969	-4.279	-2,0	148.559	-20.329	-12,0
2007	10.758	-2.407	-18,3	210.066	-4.903	-2,3	95.424	-53.135	-35,8
2008	3.256	-7.502	-69,7	212.181	2.115	1,0	119.593	24.169	25,3
2009	986	-2.270	-69,7	208.835	-3.346	-1,6	122.847	3.254	2,7
2010	721	-265	-26,9	192.506	-16.329	-7,8	126.881	4.034	3,3
2011	623	-98	-13,6	198.366	5.860	3,0	138.621	11.740	9,3
2012	530	-93	-14,9	196.592	-1.774	-0,9	138.081	-540	-0,4
2013	497	-33	-6,2	195.900	-692	-0,4	148.239	10.158	7,4
2014	530	33	6,6	210.204	14.304	7,3	152.600	4.361	2,9
2015	351	-179	-33,8	210.388	184	0,1	143.072	-9.528	-6,2
2016	229	-122	-34,8	216.325	5.937	2,8	141.828	-1.244	-0,9
2017	155	-74	-32,3	224.177	7.852	3,6	138.877	-2.951	-2,1
2018	189	34	21,9	230.189	6.012	2,7	138.567	-310	-0,2
2019	223	34	18,0	238.837	8.648	3,8	140.802	2.235	1,6
Ev. 2005 a 2019		-16.042	-98,6		19.589	8,9		-28.086	-16,6

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

Os números dos anos iniciais do EF são registrados na tabela 5, que mostra queda de 166.337 (-99%) das estaduais e 223.059 (-23%) das municipais e crescimento de

104.196 (+39%) das privadas. Os enormes percentuais estaduais de redução variaram desde o mínimo de -4,4% até o máximo de -60%. A enorme queda estadual fez com que o primeiro segmento estadual do EF praticamente deixasse de existir em 2019, o que provavelmente se deve ao fato de a lei estadual n. 4.528 determinar a suspensão dos anos iniciais do EF pelo Estado, determinação julgada inconstitucional em 2007 mas descumprida em legislação posterior. Por exemplo, em 2017 a Secretaria Estadual de Educação editou a resolução 5.549 prevendo a transferência do EF para as prefeituras. A Constituição Federal e também a LDB definem que o EF é responsabilidade compartilhada igualmente por estados e municípios. Na verdade, pelo menos no Rio de Janeiro, o governo estadual deveria fazer o contrário do previsto na lei, ampliando bastante suas matrículas no EF, pois há muito tempo a proporção delas tem sido bastante insignificante na comparação com as redes municipais. Vale lembrar o inciso II do Art. 10 da LDB, segundo o qual as formas de colaboração do Estado com os Municípios na oferta do EF "deveriam assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma das esferas do Poder Público." Fica clara, também na LDB, que a responsabilidade pelo EF seria tanto do governo estadual quanto dos municípios e dependeria da população a ser atendida e dos recursos financeiros disponíveis de cada esfera de governo. Ora, como o governo estadual tem uma atuação pífia na oferta de EF (uma das menores redes estaduais do Brasil) e dispõe de muito mais recursos em termos proporcionais do que o conjunto das prefeituras, o correto seria que ele ampliasse significativamente a sua participação no EF, ao invés de tentar se livrar de todo o EF. Vale lembrar, ainda, o art. 308, I, da Constituição Estadual do RJ (de 1989!), segundo o qual o Estado e os Municípios são obrigados a oferecer "ensino público fundamental gratuito, com o estabelecimento progressivo de turno único".

Essa redução estadual ou mesmo o declínio municipal não podem ser explicadas total ou principalmente pela diminuição da taxa de natalidade, pois durante o mesmo período o número de matrículas privadas cresceu significativamente. O mesmo argumento vale para os anos finais. Isso ocorreu também no ensino médio.

Já os percentuais municipais de decréscimo foram bem menores, desde o mínimo de -0,5% até o máximo de -3,8%. Só em um ano (2019) o número de municipais cresceu (+0,6%). Os percentuais privados caíram em 3 anos e aumentaram nos demais, desde o mínimo de +0,4% até o máximo de +15,7%. Conforme dito, a queda de -12,4% do número



de matrículas privadas em 2007 provavelmente se deve à subnotificação delas, o que explica o seu enorme crescimento em 2008 (+29,1%).

Tabela 5 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas nos anos iniciais do ensino fundamental regular no Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	167.972			970.644			267.173		
2006	154.978	-12.994	-7,7	964.040	-6.604	-0,7	257.556	-9.617	-3,6
2007	138.787	-16.191	-10,4	942.372	-21.668	-2,2	225.701	-31.855	-12,4
2008	114.677	-24.110	-17,4	917.225	-25.147	-2,7	291.348	65.647	29,1
2009	88.964	-25.713	-22,4	888.349	-28.876	-3,1	294.373	3.025	1,0
2010	68.925	-20.039	-22,5	871.683	-16.666	-1,9	308.128	13.755	4,7
2011	45.995	-22.930	-33,3	849.729	-21.954	-2,5	332.026	23.898	7,8
2012	27.566	-18.429	-40,1	829.602	-20.127	-2,4	342.398	10.372	3,1
2013	11.026	-16.540	-60,0	814.494	-15.108	-1,8	370.511	28.113	8,2
2014	5.391	-5.635	-51,1	783.183	-31.311	-3,8	378.344	7.833	2,1
2015	3.370	-2.021	-37,5	763.187	-19.996	-2,6	368.015	-10.329	-2,7
2016	2.526	-844	-25,0	757.252	-5.935	-0,8	367.588	-427	-0,1
2017	1.931	-595	-23,6	753.673	-3.579	-0,5	367.857	269	0,1
2018	1.711	-220	-11,4	743.210	-10.463	-1,4	370.412	2.555	0,7
2019	1.635	-76	-4,4	747.585	4.375	0,6	371.369	957	0,3
Ev. 2005 a 2019		-166.337	-99,0		-223.059	-23,0		104.196	39,0

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

Os números dos anos finais do ensino fundamental, exibidos na tabela 6, mostram que o número de estaduais e municipais diminuiu, respectivamente, 214.527 (-57,3%) e 33.714 (-7%), enquanto o de privadas cresceu 30.637 (+14,7%). Os enormes percentuais estaduais de redução variaram desde o mínimo de -0,2% até o máximo de -13,6%, o que provavelmente se deve à citada lei estadual n.º 4.528/2005, segundo a qual o atendimento dos anos finais seria realizado preferencialmente pelos municípios, desobrigando o governo estadual, uma inconstitucionalidade que não foi revogada e, portanto, permanece em vigor. Só em 2 anos o número de estaduais cresceu e, mesmo assim, com percentuais irrisórios (+0,1% e +0,6%). Já os percentuais municipais de decréscimo foram bem menores, desde o mínimo de -0,3% até o máximo de -6,2%. Em 6 anos o número de municipais cresceu. Os percentuais privados caíram em 6 anos e aumentaram nos demais,

desde o mínimo de +0,1%, em 2017 e 2018, até o máximo de +31%, em 2008, crescimento atípico e muito provavelmente uma compensação pela subnotificação de matrículas privadas em 2007.

Tabela 6 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas nos anos finais do ensino fundamental regular no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	374.408			480.329			208.773		
2006	360.683	-13.725	-3,7	484.144	3.815	0,8	194.317	-14.456	-6,9
2007	346.100	-14.583	-4,0	484.083	-61	0,0	160.158	-34.159	-17,6
2008	348.009	1.909	0,6	495.983	11.900	2,5	209.734	49.576	31,0
2009	347.218	-791	-0,2	504.375	8.392	1,7	219.815	10.081	4,8
2010	337.017	-10.201	-2,9	472.982	-31.393	-6,2	235.743	15.928	7,2
2011	321.295	-15.722	-4,7	464.382	-8.600	-1,8	253.286	17.543	7,4
2012	285.975	-35.320	-11,0	479.910	15.528	3,3	257.250	3.964	1,6
2013	263.353	-22.622	-7,9	482.286	2.376	0,5	258.951	1.701	0,7
2014	237.350	-26.003	-9,9	476.809	-5.477	-1,1	257.613	-1.338	-0,5
2015	204.989	-32.361	-13,6	475.252	-1.557	-0,3	249.624	-7.989	-3,1
2016	191.885	-13.104	-6,4	471.419	-3.833	-0,8	246.394	-3.230	-1,3
2017	167.667	-24.218	-12,6	472.005	586	0,1	246.677	283	0,1
2018	159.658	-8.009	-4,8	471.826	-179	0,0	246.801	124	0,1
2019	159.881	223	0,1	446.615	-25.211	-5,3	239.410	-7.391	-3,0
Ev. 2005 a 2019		-214.527	-57,3		-33.714	-7,0		30.637	14,7

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

Os números do ensino médio são mostrados a seguir, na tabela 7. Os seguintes pontos merecem destaque: (1) o número de estaduais caiu 173.686 (-28,7%), com redução em muitos anos, desde o mínimo de -1,9% até o máximo de -9,7% (-57.240), em 2007, queda esta provavelmente devida à eliminação de matrículas contadas a mais em censos anteriores; (2) o número de estaduais só cresceu (em percentuais irrisórios!) em 2014, 2016, 2018 e 2019; (3) o número de privadas diminuiu -12.529 (-9,6%), bem menos do que as estaduais, com queda em 7 anos e aumento em 5; (4) a queda excepcional das privadas em 2007 (-26,9%) provavelmente se deve à subnotificação delas, compensada pelo aumento excepcional delas em 2008 (27,6%). Em termos absolutos, a evolução é

bastante irregular. Em 2009, por exemplo, o número estadual caiu 19.918 na comparação com 2008, porém em 2013 caiu bem menos (-9.198) na comparação com 2012. Vale ressaltar que de 2006 a 2019 a rede estadual perdeu quase 160.000 matrículas, porém a rede privada permaneceu com praticamente o mesmo número de matrículas (117 mil), o que significa que a rede privada, mesmo não crescendo em termos absolutos, aumentou sua presença percentual na comparação com a rede estadual. Por fim, o número de municipais caiu de 10.796, em 2005, para 3.686, em 2019, uma redução de 65,9%, atuação que, mesmo pequena, infringe a LDB, que estabelece que municípios só podem atuar em níveis superiores ao ensino fundamental quando tiverem atendido plenamente a demanda nos níveis superiores à educação infantil e ensino fundamental (por exemplo, no ensino médio) e, mesmo assim, com recursos acima dos 25% dos impostos.

Tabela 7 – Total de matrículas estaduais, municipais e privadas no ensino médio no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	606.073			10.796			130.478		
2006	591.754	-14.319	-2,4	10.397	-399	-3,7	117.038	-13.440	-10,3
2007	534.514	-57.240	-9,7	10.224	-173	-1,7	85.544	-31.494	-26,9
2008	524.428	-10.086	-1,9	9.595	-629	-6,2	109.134	23.590	27,6
2009	504.510	-19.918	-3,8	8.264	-1.331	-13,9	108.395	-739	-0,7
2010	491.233	-13.277	-2,6	6.923	-1.341	-16,2	110.334	1.939	1,8
2011	469.870	-21.363	-4,3	6.301	-622	-9,0	119.145	8.811	8,0
2012	451.914	-17.956	-3,8	5.926	-375	-6,0	129.233	10.088	8,5
2013	442.716	-9.198	-2,0	5.768	-158	-2,7	131.263	2.030	1,6
2014	444.501	1.785	0,4	5.768	0	0,0	132.092	829	0,6
2015	431.901	-12.600	-2,8	5.529	-239	-4,1	128.326	-3.766	-2,9
2016	442.812	10.911	2,5	5.504	-25	-0,5	124.705	-3.621	-2,8
2017	424.216	-18.596	-4,2	4.665	-839	-15,2	124.549	-156	-0,1
2018	427.986	3.770	0,9	3.657	-1.008	-21,6	120.525	-4.024	-3,2
2019	432.387	4.401	1,0	3.686	29	0,8	117.949	-2.576	-2,1
Ev. 2005 a 2019		-173.686	-28,7		-7.110	-65,9		-12.529	-9,6

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

A seguir são reproduzidos números da educação especial. A primeira tabela registra a evolução do número de matrículas em escolas exclusivamente especializadas

ou em classes especiais de escola regular, com queda em estaduais, municipais e privadas, com redução municipal muito menor do que a estadual e a privada em termos percentuais. A segunda tabela, por sua vez, sobre o número de matrículas em classes comuns do ensino regular e/ou de EJA de educação especial, registra o contrário, com aumento significativo do número de estaduais, municipais e privadas. Muito provavelmente o número de matrículas perdidas na primeira modalidade de educação especial foi incorporado na segunda modalidade (classes comuns), mas o crescimento do número de estaduais foi muito menor do que o de municipais, confirmando o descompromisso estadual com mais uma modalidade da educação básica.

Tabela 8 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação especial (escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais de escola regular) no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	4.620			10.170			11.454		
2006	3.976	-644	-14	10.593	423	4	11.239	-215	-2
2007	3.834	-142	-4	11.587	994	9	8.832	-2.407	-21
2008	3.063	-771	-20	10.847	-740	-6	8.451	-381	-4
2009	2.139	-924	-30	9.911	-936	-9	6.212	-2.239	-26
2010	1.421	-718	-34	9.506	-405	-4	4.818	-1.394	-22
2011	959	-462	-33	8.632	-874	-9	3.740	-1.078	-22
2012	721	-238	-25	8.529	-103	-1	3.736	-4	0
2013	566	-155	-21	8.447	-82	-1	3.475	-261	-7
2014	326	-240	-42	8.575	128	2	3.174	-301	-9
2015	404	78	24	8.450	-125	-1	3.000	-174	-5
2016	227	-177	-44	8.159	-291	-3	2.736	-264	-9
2017	293	66	29	7.781	-378	-5	2.533	-203	-7
2018	279	-14	-5	7.404	-377	-5	2.541	8	0
2019	336	57	20	7.193	-211	-3	2.412	-129	-5
Ev. 2005 a 2019		-4.284	-93		-2.977	-29		-9.042	-79

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL. MEC. INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

**Tabela 9 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação especial (classes comuns do ensino regular e/ou da educação de jovens e adultos) no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior**

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005*	2.624			11053			1080		
2006**	2947	323	12,3	11741	688	6,2	1617	537	49,7
2007	2.253	-694	-23,5	9.767	-1.974	-16,8	1.747	130	8,0
2008	2.884	631	28,0	13.376	3.609	37,0	2.405	658	37,7
2009	3.096	212	7,4	12.191	-1.185	-8,9	2.171	-234	-9,7
2010	4.556	1460	47,2	17.167	4.976	40,8	2.731	560	25,8
2011	5.558	1002	22,0	21.479	4.312	25,1	3.541	810	29,7
2012	5.843	285	5,1	24.891	3.412	15,9	3.999	458	12,9
2013	4.815	-1028	-17,6	26.578	1.687	6,8	4.172	173	4,3
2014	5.028	213	4,4	28.809	2.231	8,4	4.534	362	8,7
2015	4.677	-351	-7,0	32.173	3.364	11,7	4.840	306	6,7
2016	4.138	-539	-11,5	34.979	2.806	8,7	5.383	543	11,2
2017	5.501	1363	32,9	37.336	2.357	6,7	5.967	584	10,8
2018	7.565	2064	37,5	41.968	4.632	12,4	6.768	801	13,4
2019	8.933	1368	18,1	46.908	4.940	11,8	8.074	1.306	19,3
Ev. 2005 a 2019		6.309	240		35.855	324		6.994	648

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

O número de matrículas de educação de jovens e adultos (EJA) é registrado a seguir. Antes de comentá-los, cabe observar que: (a) os censos de 2005, 2006 e 2007 só contêm tabelas de EJA presencial e semipresencial, sendo os de 2005 e 2006 denominados de cursos com avaliação no processo; (b) a partir de 2008 os censos contêm não só tabelas de EJA presencial e EJA semipresencial, como também de EJA (sem especificação), que, supostamente, representam a soma de EJA presencial e EJA semipresencial; (c) a partir de 2015 os censos consultados só mencionam matrículas em EJA, não informando se são presenciais ou semipresenciais, aparentemente englobando ambas; (d) por esta razão, as tabelas 11 e 13 de matrículas semipresenciais só abrangem o período de 2005 a 2014 e as outras duas tabelas (10 e 12) incluem matrículas presenciais de 2005 a 2014 e outras matrículas (provavelmente presenciais e semipresenciais) de 2015 a 2019; (e) os dados de 2007 a 2014 não incluem matrículas em EJA integrada à educação profissional.

Os seguintes aspectos devem ser ressaltados na evolução do número de matrículas de EJA no ensino fundamental; (a) o número de estaduais presenciais caiu bastante de 2005 até 2014 (de 131.838 para 14.275), quando começou a crescer até atingir 29.273, em 2019, o que pode ser explicado pela incorporação de semipresenciais (que deixaram de ser registradas separadamente) a partir de 2015; (b) sem esta incorporação, o número de matrículas estaduais em EJA no EF caiu 89,2% de 2005 a 2014; (c) o número de municipais diminuiu pouco de 2005 a 2014 (-0,1%); (d) também o número de matrículas privadas sofreu queda no período (-36,8%); (e) em consequência desta evolução, a participação municipal (menor que a estadual em 2005) superou a estadual a partir de 2010; (f) a presença privada, pouco significativa em 2005, ficou menor ainda em 2019. Uma possível explicação para a redução do número de matrículas de EJA é que elas tinham valor menor na comparação com outros níveis e modalidades de ensino para fins de distribuição do Fundeb.

Tabela 10 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas em EJA no ensino fundamental no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 (presencial de 2005 a 2014) e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	131.838			96.140			11.970		
2006	128.843	-2.995	-2,3	98.859	2.719	2,8	9.636	-2.334	-19,5
2007	118.930	-9.913	-7,7	93.740	-5.119	-5,2	5.789	-3.847	-39,9
2008	118.954	24	0,0	97.783	4.043	4,3	6.192	403	7,0
2009	108.811	-10.143	-8,5	93.467	-4.316	-4,4	6.145	-47	-0,8
2010	97.180	-11.631	-10,7	106.460	12.993	13,9	6.635	490	8,0
2011	67.132	-30.048	-30,9	99.348	-7.112	-6,7	8.222	1.587	23,9
2012	33.783	-33.349	-49,7	107.427	8.079	8,1	8.705	483	5,9
2013	20.351	-13.432	-39,8	100.033	-7.394	-6,9	8.766	61	0,7
2014	14.275	-6.076	-29,9	96.007	-4.026	-4,0	7.563	-1.203	-13,7
2015	28.921	14.646	102,6	92.892	-3.115	-3,2	8.075	512	6,8
2016	27.306	-1.615	-5,6	96.113	3.221	3,5	4.460	-3.615	-44,8
2017	25.850	-1.456	-5,3	94.842	-1.271	-1,3	4.995	535	12,0
2018	28.035	2.185	8,5	93.215	-1.627	-1,7	4.017	-978	-19,6
2019	29.273	1.238	4,4	91.848	-1.367	-1,5	3.368	-649	-16,2
Ev. 2005 a 2014		-117.563	-89,2		-133	-0,1		-4.407	-36,8

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

Tabela 11- Total de matrículas estaduais, municipais e privadas em EJA semipresencial no ensino fundamental no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2014 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	71.401			1.576			1.195		
2006	69.846	-1.555	-2,2	975	-601	-38,1	760	-435	-36,4
2007	43.375	-26.471	-37,9	1.519	544	55,8	315	-445	-58,6
2008	46.779	3.404	7,8	1.945	426	28,0	313	-2	-0,6
2009	47.177	398	0,9	1.288	-657	-33,8	390	77	24,6
2010	51.087	3.910	8,3	1.405	117	9,1	352	-38	-9,7
2011	43.794	-7.293	-14,3	1.524	119	8,5	471	119	33,8
2012	43.500	-294	-0,7	1.647	123	8,1	187	-284	-60,3
2013	33.726	-9.774	-22,5	1.775	128	7,8	286	99	52,9
2014	13.487	-20.239	-60,0	1.723	-52	-2,9	143	-143	-50,0
Ev. 2005 a 2014		-57.914	-81,1		147	9,3		-1.052	-88,0

Fontes: Censos da Educação Básica de 2005 a 2019 e cálculos efetuados pelos autores.

Os números de EJA no ensino médio surpreendem. Em termos absolutos e percentuais, os estaduais crescem muito de 2005 a 2009, pouco em 2010, caem muito em 2011 e 2012, voltando a aumentar bastante em 2015 e moderadamente nos anos seguintes. Provavelmente a elevação significativa sobretudo em 2015 (+67%, ou +37.358 matrículas) se deve à incorporação de semipresenciais. É possível que o grande aumento das presenciais mesmo antes de 2015 se explique pela incorporação parcial de semipresenciais. A presença privada de modo geral diminuiu ao longo do período, com evolução bastante desigual.

**Tabela 12 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas em EJA no ensino médio no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 (presencial de 2005 a 2014) e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior**

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	20.993			2.042			36.143		
2006	44.189	23.196	110,5	2.086	44	2,2	27.213	-8.930	-24,7
2007	62.228	18.039	40,8	3.259	1.173	56,2	12.350	-14.863	-54,6
2008	78.434	16.206	26,0	3.037	-222	-6,8	16.521	4.171	33,8
2009	88.045	9.611	12,3	2.922	-115	-3,8	15.076	-1.445	-8,7
2010	91.235	3.190	3,6	2.420	-502	-17,2	14.831	-245	-1,6
2011	71.991	-19.244	-21,1	1.512	-908	-37,5	15.687	856	5,8
2012	56.097	-15.894	-22,1	1.002	-510	-33,7	13.603	-2.084	-13,3
2013	57.645	1.548	2,8	1.096	94	9,4	13.696	93	0,7
2014	55.770	-1.875	-3,3	1.077	-19	-1,7	12.341	-1.355	-9,9
2015	93.128	37.358	67,0	1.639	562	52,2	14.486	2.145	17,4
2016	99.095	5.967	6,4	1.520	-119	-7,3	12.703	-1.783	-12,3
2017	93.925	-5.170	-5,2	1.358	-162	-10,7	18.639	5.936	46,7
2018	99.209	5.284	5,6	1.164	-194	-14,3	16.511	-2.128	-11,4
2019	108.459	9.250	9,3	756	-408	-35,1	18.579	2.068	12,5
Ev. 2005 a 2014		34.777	165,7		-965	-47,3		-23.802	-65,9

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL. MEC. INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

**Tabela 13 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas em EJA semipresencial no ensino médio no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2014 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior**

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	91.505			928			3.560		
2006	87.149	-4.356	-4,8	880	-48	-5,2	2.930	-630	-17,7
2007	62.316	-24.833	-28,5	701	-179	-20,3	2.128	-802	-27,4
2008	78.533	16.217	26,0	778	77	11,0	1.824	-304	-14,3
2009	77.332	-1.201	-1,5	531	-247	-31,7	1.743	-81	-4,4
2010	48.870	-28.462	-36,8	502	-29	-5,5	2.063	320	18,4
2011	35.981	-12.889	-26,4	600	98	19,5	3.454	1.391	67,4
2012	43.974	7.993	22,2	728	128	21,3	1.917	-1.537	-44,5
2013	32.721	-11.253	-25,6	767	39	5,4	1.685	-232	-12,1



2014	24.942	-7.779	-23,8	741	-26	-3,4	1.524	-161	-9,6
Ev. 2005 a 2014		-66.563	-72,7		-187	-20,2		-2.036	-57,2

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

A tabela a seguir, relativa à educação profissional, mostra a evolução apenas do número de matrículas em cursos concomitantes e subsequentes. Não incluímos outras matrículas porque por vários anos (2005 a 2014) só matrículas em tais cursos foram classificadas em educação profissional. Por exemplo, os censos de 2007 a 2014 não incluíram a educação profissional integrada ao ensino médio. De 2015 em diante passaram a incluir matrículas dos seguintes cursos, além das de cursos técnicos concomitantes e subsequentes: curso técnico integrado (ensino médio integrado), ensino médio normal/magistério, formação inicial continuada, formação inicial continuada integrada à EJA de níveis fundamental e médio, EJA ensino fundamental Projovem urbano e curso técnico integrado à EJA (EJA integrada à educação profissional de nível médio) de ensino regular e/ou EJA.

Um fato que chama atenção é a evolução errática dos números estaduais e privados. Por exemplo, de 2008 para 2009 o número estadual caiu 7.464 para subir 6.786 em 2010, voltando a cair 6.212 em 2011, subindo 6.076 em 2012 e diminuindo 8.150, em 2013. A sua queda significativa em 2007 provavelmente se deve à eliminação pelo Inep de matrículas contadas a mais em 2006. Já o número de privadas aumentou bastante durante vários anos (2008 a 2014) para cair em 2015 e 2016. Tendo em vista esta evolução errática e o fato de a classificação da educação profissional ter variado ao longo do período, é preciso uma atitude de cautela com tais dados.

Tabela 14 - Total de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação profissional no estado do Rio de Janeiro de 2005 a 2019 e evolução numérica e percentual em relação a ano anterior

	Est.	Ev. num.	Ev. %	Mun.	Ev. num.	Ev. %	Priv.	Ev. num.	Ev. %
2005	36.286			2.152			41.049		
2006	35.223	-1.063	-2,9	1.950	-202	-9,4	34.925	-6.124	-14,9
2007	27.182	-8.041	-22,8	1.670	-280	-14,4	28.762	-6.163	-17,6
2008	30.066	2.884	10,6	1.902	232	13,9	35.174	6.412	22,3
2009	22.602	-7.464	-24,8	1.833	-69	-3,6	41.664	6.490	18,5
2010	29.388	6.786	30,0	1.581	-252	-13,7	45.023	3.359	8,1

2011	23.176	-6.212	-21,1	1.631	50	3,2	56.044	11.021	24,5
2012	29.252	6.076	26,2	1.727	96	5,9	71.087	15.043	26,8
2013	21.102	-8.150	-27,9	1.531	-196	-11,3	86.485	15.398	21,7
2014	15.594	-5.508	-26,1	1.249	-282	-18,4	113.693	27.208	31,5
2015	9.685	-5.909	-37,9	1.372	123	9,8	106.159	-7.534	-6,6
2016	9.369	-316	-3,3	1.339	-33	-2,4	95.350	-10.809	-10,2
2017	4.064	-5.305	-56,6	1.453	114	8,5	108.496	13.146	13,8
2018	7.432	3.368	82,9	888	-565	-38,9	103.260	-5.236	-4,8
2019	7.621	189	2,5	474	-414	-46,6	115.372	12.112	11,7
Ev. 2005 a 2019		-28.665	-79,0		-1.678	-78,0		74.323	181,1

Fontes: Sinopses da Educação Básica de 2005 a 2019 (BRASIL, MEC, INEP, 2006 a 2020) e cálculos efetuados pelos autores.

## Considerações finais

O estudo constatou oscilações muito grandes nos dados de um ano para outro, o que talvez se deva ao registro do mesmo aluno duas vezes (como apontado pelo Inep em seu censo de 2007) ou à subnotificação de matrículas (como informado pelo censo de 2008 a propósito das matrículas privadas em 2007), o que sugere cautela na análise dos dados.

Contudo, mais preocupante é constatar que ações inconstitucionais vêm impactando o direito à educação, sobretudo se considerado que, nas últimas décadas, houve ampliação da obrigatoriedade escolar, como também, uma preocupação anunciada, embora ainda não cumprida, de se estabelecer um padrão mínimo de qualidade, o que carece de colaboração entre entes federados, isto é, efetivação de um federalismo cooperativo, como proposto na Constituição. Assegurar a extensão da obrigatoriedade e a qualidade educacional são ainda grandes desafios, os quais requerem ações em distintos campos: político, social, econômico. Ampliar a obrigatoriedade escolar é uma faceta do processo de democratização que, em uma sociedade marcada pelo elitismo, nunca foi uma tarefa fácil, carecendo de lutas, ora para entrar na agenda política, ora para obter recursos.

Assim, causou-nos estranheza perceber, por meio da série histórica estudada, que a lei n.º 4528/05, que desresponsabilizou o estado com as duas primeiras etapas da educação básica, tenha impactado negativamente, visto que os artigos, que previam tal encolhimento do estado, foram julgados inconstitucionais em 2007. Entretanto, os dados

sequenciais dos censos do período analisado sugerem que tal decisão jurídica foi ignorada, inclusive no Plano Estadual de Educação (RIO DE JANEIRO, ESTADO, 2009).

Importa lembrar, por um lado, que o acesso ao ensino obrigatório é um direito público subjetivo, podendo ser requerido por qualquer cidadão que não tenha o seu direito contemplado. Em sintonia com este mandamento, a LDB determina que em todas as esferas administrativas o Poder Público assegurará (e não oferecer, que é distinto) em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório. Por outro, o § 4º do Art. 211 da CF determina que União, Estados, Municípios e Distrito Federal devem definir formas de colaboração, na organização de seus sistemas de ensino, a fim de assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório, e a LDB, em seu Art. 10 reitera, de maneira ainda mais precisa, que tal responsabilidade deve ocorrer de forma proporcional à população e aos recursos disponíveis de cada ente. O PNE (BRASIL, 2014), por sua vez, prevê em sua meta 6 que, no mínimo, 50% das escolas públicas ofereçam educação em tempo integral a fim de atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica, o que requer uma colaboração dos entes estaduais e federal, visto que a maioria dos municípios não possui autonomia financeira para efetivar educação em tempo integral. Ou seja, ainda que a legislação determine a colaboração entre entes federados para assegurar o ensino obrigatório, a pouca expressão das matrículas estaduais no Rio de Janeiro confirma que a inconstitucionalidade da lei n.º 4.528/05 foi ignorada.

O governo estadual, ao se desobrigar da EI e do EF, causou uma redução drástica nas suas matrículas na EI, nos anos iniciais (-99%) e finais (-57,3%) do EF regular, como em EJA no fundamental. Houve retração também no ensino médio (-28,7%), em EJA no EF e educação profissional (-79%) de 2005 a 2019, o que levou a uma maior presença privada na educação básica, que cresceu nos anos iniciais (+39%) e finais (+14,7%) do EF, creches (+96,9%), embora tenha diminuído em pré-escolas (-16,6%), EJA e ensino médio (-9,6%). Esta privatização fica evidente quando se observa que no conjunto da educação básica a participação estadual caiu 51,4%, a municipal, 8,9%, porém a privada aumentou 19%. O crescimento mais expressivo das privadas foi nas séries iniciais do fundamental, pois participavam, em 2005, com 19% das matrículas e, em 2019, aumentou para 33,14%. O estudo revelou, ainda, aumento municipal em creches (191%), pré-escolas (8,9%), EJA, diminuição municipal nos anos iniciais (-23%) e finais (-7%) do EF.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 11.114**, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2005**. Brasília, DF: INEP, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2006**. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília, DF: INEP, 2008. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008**. Brasília, DF: INEP, 2009. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009**. Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2010**. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2011**. Brasília, DF: INEP, 2012. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2013**. Brasília, DF: INEP, 2014. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2014**. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015**. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília, DF: INEP, 2018b. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação. **Informação Técnico-Jurídica** CAO Educação/MPRJ nº 001, de 17/10/2017.

RIO DE JANEIRO. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1989)**. Atualizada até janeiro de 2021. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Lei n.º 4.528**, de 28/3/2005. Estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br). Acesso em: 29 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação, 2009. Disponível em: <[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/181398/Plano\\_Estadual\\_Educacao.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/181398/Plano_Estadual_Educacao.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Educação. Resolução n.º 5549, de 23/8/2017. Estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental da rede estadual de ensino e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 25/8/2017.

---

*Recebido em Junho de 2020  
Aprovado em Setembro de 2021  
Publicado em Novembro de 2021*

---

# JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 15

e82138

03 de novembro de 2021



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

## INDEXAÇÃO:

### BASE DE DADOS

*Sumário.Org*  
*Google Scholar*

### BASE

*Dimensions*  
*Miar*

### DIRETÓRIOS

*Diadorim*  
*DOAJ*  
*Erih Plus*  
*Latindex*  
*EZB*  
*ROAD*  
*Journal 4-free*

### ÍNDICES

*Index Copernicus*  
*Cite Factor*

### PORTAIS

*LiVre*  
*Capes*  
*Science Open*  
*World Wide Science*

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 15, e82138 – Novembro de 2021

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Isaac Paxé (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM – Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil) Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

---

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

---

Jornal de Políticas Educacionais  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Educação  
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR  
Avenida Sete de Setembro, 2645  
2º andar, Sala 213  
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil  
Tel.: 41-3535-6264  
jpe@ufpr.br  
<http://revistas.ufpr.br/jpe>